

Congresso Bancada ruralista quer votar ainda marco temporal e regras para uso de agrotóxicos

Governo tenta negociar PL de licenciamento ambiental no Senado

César Felício e Cristiano Zaia
De Brasília

O governo tenta ganhar tempo para negociar mudanças no texto do projeto de lei sobre licenciamento ambiental, que acelera sua tramitação no Senado. A relatora na Comissão de Agricultura, senadora Tereza Cristina (PP-MS), deve apresentar nos próximos dias o seu parecer. Ela se mostra aberta a dialogar, mas sem se comprometer com nenhuma mudança em relação ao texto que foi aprovado pela Câmara em 2021.

"Vou apresentar meu relatório o mais breve possível, mas ainda quero falar com o governo primeiro", afirmou Tereza, que foi ministra da Agricultura na ges-

ção do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e é a principal liderança política do agronegócio no país nos últimos anos. "Quero que o PL seja votado e passe pelo Senado ainda neste semestre".

Qualquer alteração implicaria em volta da matéria para a Câmara, e a bancada ruralista no Senado tem pressa em avançar este mês em três projetos de forma simultânea: o que está em estágio mais avançado é o que estabelece o marco temporal para demarcação de terras indígenas, que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), relatado pelo senador Marcos Rogério (PP-RO) e pode ser afetado pelo julgamento do tema no Supremo Tribunal Federal, que será retomado nesta quarta-feira. Outro projeto é que

o regulamento do uso de agrotóxicos, sob relatoria de Fabiano Contarato (PT-ES). É provável que se faça uma negociação em bloco em relação às três propostas.

O projeto de licenciamento ambiental cria um marco de política nacional para o setor. Seu viés é claramente na direção de afrouxar controles para acelerar empreendimentos de toda natureza. Tem amplo apoio empresarial.

A proposta cria uma lista de 13 atividades em relação às quais se dispensa autorização ambiental, incentiva o licenciamento de forma auto declaratória, delega para Estados e municípios definirem quais as regras que medem o impacto ambiental de um empreendimento, permite a renovação de licenças vencidas de forma sumá-

ria, limita a imposição de condicionantes a um empreendedor para mitigação de impacto, acena com uma anistia e reduz a influência de comunidades indígenas e quilombolas na concessão de licenciamento. A proposta ainda estipula prazos máximos para um licenciamento ser concedido e tira a responsabilidade legal dos financiadores de projetos por eventuais danos ambientais dos empreendimentos.

A maior preocupação do governo é com as regras para o autolicensing, ou "Licença por Adesão e Compromisso" (LAC). Esta modalidade é usada no Brasil em dez Estados, para empreendimentos de baixo impacto e baixo risco. O projeto delega a Estados e municípios definirem esses crité-

rios. O governo teme que esse dispositivo abra campo para uma "guerra ambiental", em que Estados tentem captar investimentos oferecendo menos controles.

Outros pontos do projeto, contudo, dividem a própria Esplanada, que quer postergar o exame do assunto para tentar alinhar posições internas. Um exemplo é a questão minerária. Parte do governo não quer a flexibilização das regras para licenciamento em mineração em relação ao que existe hoje.

Entidades ambientalistas reconhecem que a tendência do Senado é pela aprovação da proposta. "Não é realista rejeitar o projeto", disse Sueli Araújo, ex-presidente do Ibama e especialista da rede de ONGs Observatório do Clima. O

objetivo dos ambientalistas é pressionar por mudanças, o que fará com que a proposta retorne para exame na Câmara dos Deputados.

O setor agropecuário, um dos maiores defensores de mudanças no processo de licenciamento ambiental, não quer mudanças em relação ao texto aprovado na Câmara. Mas a relatora diz que outros segmentos do empresariado, como o da infraestrutura, querem mais flexibilidade ainda. Tereza acredita que é possível não apenas manter o desenho proposto para o LAC como ainda estendê-lo para mais setores.

O projeto sobre licenciamento ambiental tramita ainda na Comissão de Meio Ambiente, com relatoria do senador Confúcio Moura (MDB-RO).



Tereza Cristina: "Vou apresentar meu relatório o mais breve possível, mas ainda quero falar com o governo. Quero que o PL seja votado ainda neste semestre"

Aprovação do projeto criará judicialização imediata

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Caso o texto do projeto de lei sobre licenciamento ambiental — que passou pela Câmara e agora tramita no Senado — seja aprovado como está, criará imediata judicialização. Uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), deve ser apresentada logo nos primeiros dias, na opinião de socioambientalistas.

Além de criar insegurança jurídica, estudo do Instituto Socioambiental (ISA) com a Universidade Federal de Minas Gerais, diz que com o que propõe o atual texto, as metas climáticas brasileiras não serão cumpridas, por mais esforço que haja por parte do governo.

"O texto impõe com a principal ferramenta de prevenção de

danos ambientais, que são as licenças", diz Sueli Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima.

"O licenciamento é o instrumento mais aplicado da política ambiental desde a década de 70", diz Maurício Guetta, consultor jurídico do ISA. É um instrumento fundamental, mas sem uma lei geral até agora. "O seu enfraquecimento pode ter um impacto em cadeia no ambiente e nas pessoas".

O ISA e o Observatório do Clima (OC), rede de mais de 90 ONGs, elaboraram uma nota técnica de 52 páginas apontando os pontos críticos do projeto de lei que tramita no Senado. Além disso, é peça-chave para viabilizar o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo presidente Lula há duas se-

manas. "O PAC, pela primeira vez se diz verde e leva em conta a mudança climática. Mas se esse projeto for aprovado, nada disso irá acontecer. Ficará só no discurso", diz Guetta. "O governo deve atuar no Legislativo para conseguir um licenciamento eficiente, célere e com equilíbrio".

Guetta estima que 98% do licenciamento ambiental seria transformado em um licenciamento autodeclaratório, sem análise pré-

"Teríamos uma ampliação de riscos de novos desastres"

Maurício Guetta

via por parte do órgão ambiental. "Isso é a extinção do licenciamento", diz. Estudo publicado pelo ISA mostra que 86% dos empreendimentos minerários e barragens de rejeitos em Minas Gerais poderiam ser licenciados via Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC), a tal licença automática. "Teríamos uma ampliação de riscos de novos desastres", diz ele.

O projeto também traz inconsistências em relação a direitos indígenas e quilombolas. "O texto diz que apenas terras indígenas (TIs) homologadas serão consideradas existentes para fim de licenciamento ambiental. Só que temos 32% de TIs em processo de demarcação e pendentes de homologação", diz ele. No caso de territórios quilombolas, apenas os titulados seriam avaliados

— mas 92% estão em processo de reconhecimento. "Essas populações existem, serão impactadas, mas os impactos não serão avaliados e nem adotadas medidas para preveni-los", destaca.

Outro ponto grave, segundo a nota técnica, é que limita a responsabilidade do empreendedor de adotar medidas para apoiar o poder público a superar o impacto de obras, por exemplo. "Tudo ficará nas costas de Estados e municípios", alerta Sueli Araújo, ex-presidente do Ibama. Ela lembra que existem várias emendas ao texto apresentadas por senadores da base do governo desde 2021, e que poderiam corrigir as distorções mais graves. "Ninguém nega que há melhorias a serem feitas no licenciamento, nem a relevância de o país ter uma lei de licenciamento",

mas do jeito que está proposto, melhor ficar sem nada", diz.

Outra crítica é que o texto do PL é vago. "O texto isenta obras de 'melhoramento de infraestruturas preexistentes'. Isso quer dizer qualquer coisa — de um bueiro em uma rodovia até aumentar o tamanho de uma hidrelétrica", diz Sueli. O texto permitiria que a polêmica pavimentação da BR-319, que corta a região tida como a mais preservada da Amazônia, ocorra. A obra foi listada no PAC.

Ficariam isentos de licenciamento empreendimentos de saneamento. "São projetos muito importantes, isso não se discute. Mas é preciso poder analisá-los. O fato de o empreendimento ser importante não significa que a licença deva ser excluída. Pode ser agilizad, mas não excluída", diz Sueli.

Pacheco dá sinais de que poderá adiar tramitação do marco temporal

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizou a aliados que deve atender ao governo e postergar a tramitação do marco temporal da demarcação de terras indígenas. A expectativa é que Pacheco aguarde a conclusão da deliberação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto para que os parlamentares se debruçarem sobre uma nova jurisdição. Do contrário, ele avalia que poderá haver insegurança jurídica.

Uma das possibilidades em discussão envolve Pacheco autorizar o envio da proposta para mais um colegiado — o texto já passou pela Comissão de Agricultura (CRA) e está agora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Nessa terça-feira (29), o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), procurou Pacheco para pedir que ele autorizasse o envio da matéria para a Comissão de Meio Ambiente (CMA). O presidente da Casa ficou de analisar.

"O governo vai tentar de todas as formas postergar a tramitação aqui no Congresso. O objetivo é

ganhar tempo para apresentar uma proposta alternativa", declarou Randolfe.

Já o líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA), avaliou que o Supremo decidir antes do legislativo "não resolve o problema".

Wagner também fez referência ao voto do ministro Alexandre de Moraes, considerado um "meio termo", que estipula indenização da União a produtores rurais que adquiriram terras indígenas regularmente. "A decisão do Alexandre fala em indenizar, mas quem terá dinheiro para pagar? Já falei para os ruralistas que eles vão receber um monte de precatórios", disse o líder, que sugere um prazo de cinco anos para a manutenção das regras vigentes.

Pacheco está sob forte pressão da bancada ruralista para pautar a matéria. A senadora Tereza Cristina (PP-MS) defende que o Senado se antecipe ao Supremo. Ela é responsável por um requerimento de urgência para que a proposta vá diretamente ao plenário, mas o presidente da Casa não o submeteu à deliberação.

"Eu imagino que a coerência seria votar aqui, porque, afinal

de contas, esse assunto só está lá [no STF] porque a gente não decidiu. Assim como outros acabam indo para lá, ou porque a maioria perde e vai questionar", pontuou Tereza.

Tereza também faz ressalvas ao voto de Alexandre de Moraes. "O voto dele é um voto do meio, mas não crava o marco temporal. Fica faltando essa pedrinha chave que é essa bandida Tereza".

Nas últimas semanas, o presidente do Senado tem criticado o STF por invadir a competência do Legislativo, como por exemplo, na deliberação sobre a descriminalização do porte de drogas. Ele voltou a falar sobre o assunto nessa terça. Interlocutores de Pacheco, no entanto, acreditam que os dois casos são distintos.

Para Tereza, a escolha do presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União AP), pelo senador oposicionista Marcos Rogério (PP-RO) e não por um parlamentar próximo ao governo, é mais um indicativo de que o Senado não quer adiar a apreciação da matéria, como deseja o Planalto, e deve deliberar sobre o tema antes do Supremo.

A escolha foi criticada por Randolfe. Para ele, deveria ter sido escolhido alguém mais moderado.

STF retoma julgamento que vai decidir demarcações de terras indígenas

Isadora Peron, Rensan Truffi, Fábio Murakawa e Luísa Martins
De Brasília

Com os holofotes voltados para o novo ministro Cristiano Zanin, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, nesta quarta-feira, o julgamento sobre a tese do marco temporal, que vai definir o futuro das demarcações de terras indígenas no país.

Nos últimos dias, depois de votos que desagradaram parte dos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o temor de que Zanin votasse a favor da tese defendida por ruralistas se instalou na Esplanada dos Ministérios. Interlocutores do governo, que lidam diretamente com movimentos sociais, admitem nos bastidores que o "constrangimento é geral".

A tese do marco temporal estabelece que apenas as terras ocupadas por indígenas na época da promulgação da Constituição de 1988 podem ser demarcadas. A proposta tem o apoio do agronegócio, mas é vista como uma ameaça pelos povos originários, por praticamente inviabilizar a demarcação de novos territórios.

Por enquanto, o placar do julgamento está 2 a 1, contra o mar-

co temporal. Se manifestarmos dessa maneira o relator, Edson Fachin, e Alexandre de Moraes, já Kassio Nunes Marques votou pela validade da tese.

Na última sessão plenária que discutiu o tema, em junho, Moraes apresentou uma espécie de voto médio, ao defender que não era possível prevalecer a tese do marco temporal, mas ponderou que o Estado deveria indenizar de maneira adequada quem, de boa-fé, comprou as terras que devem ser reconhecidas como territórios indígenas.

Nessa quarta-feira, o julgamento será retomado com o voto de André Mendonça, que pediu vista e interrompeu o julgamento. Na ocasião, a presidente do STF, ministra Rosa Weber, cobrou que o colega "não demorasse" a liberar a ação por que gostaria de se manifestar sobre o caso antes de deixar a Corte, em outubro, quando se aposenta.

Mendonça atendeu ao pedido da presidente e liberou a ação para a pauta na semana passada. No mesmo dia, Rosa pautou o julgamento. A expectativa é que, se houver um novo pedido de vista, ela antecipe o seu voto, assim como fez no debate sobre a

descriminalização do porte de maconha para uso pessoal.

O segundo a votar será Zanin. Interlocutores do ministro não descartam um pedido de vista, mas acreditam que ele vai se manifestar. Apesar do desconforto, integrantes do Planalto negam que estejam monitorando a maneira como o escolhido de Lula vai votar neste caso.

Nessa terça-feira, Zanin se reuniu com a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, para tratar do assunto. Na segunda-feira, entretanto, ele recebeu em seu gabinete a senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra do governo Jair Bolsonaro e uma das principais representantes do agronegócio no Congresso.

Após o encontro, interlocutores de Guajajara reconheceram o clima de apreensão no ar, mas afirmaram que ele "foi receptivo e atencioso quanto à exposição da ameaça que significa o marco temporal".

Nas redes sociais, a ministra divulgou fotos do encontro. Na legenda, disse que tratou da sua "preocupação" com o julgamento que expôs "os motivos pelos quais o tema é tão prejudicial aos direitos dos povos indígenas".